

Lutando contra os feudos

31 MAI 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

Tradicionais e quase sempre únicos beneficiários da inflação e, também, históricos apropriadores da renda do setor produtivo, os banqueiros brasileiros estão prestes a demonstrar outra vez a extraordinária capacidade que têm de orientar em seu exclusivo proveito as ações governamentais em matéria financeira. As medidas que o presidente da República anunciará esta semana, destinadas a «salvar» as micro e pequenas empresas, caso prevaleça a orientação que nos últimos dias vinha sendo proposta pelos banqueiros, visarão na verdade a salvar os bancos, não as empresas em dificuldades. Pretende-se utilizar recursos do FND e de outras fontes, inclusive aqueles já anteriormente alocados ao financiamento de capital de giro, agora a juros negativos, para o refinanciamento de dívidas contraídas com o sistema financeiro.

Os banqueiros, costumeiramente tão rígidos na defesa do princípio de que juros negativos são uma ficção em política financeira, advogam agora taxas subsidiadas pelo Tesouro, portanto, pelo conjunto da sociedade, não para preservar a integridade e a capacidade operacional de milhares de empresas ameaçadas de colapso mas para recuperar seus créditos em liquidação. Eles temem desesperadamente a hipótese, claramente configurada, de terem de aumentar suas provisões para créditos duvidosos, o que lhes reduziria o estoque fantástico de lucros acumulados.

O que as empresas necessitam neste momento — não apenas as micro e pequenas, mas as médias também — é de capital de giro a juros negativos. O que está em questão não é apenas o pagamento de dívidas passadas, mas em primeiro lugar a recuperação da capacidade dessas empresas de continuarem operando em benefício da economia do país. Pagar simplesmente o que devem sem garantia de ingresso de dinheiro novo significa apenas salvar os bancos mas não a si próprias. Elas continuarão, como agora, impossibilitadas de operar e, inativas, terão destruído seu patrimônio. Por que a nação terá de subsidiar a recuperação do patrimônio dos grandes bancos e não o das pequenas empresas?

Uma profunda reorientação dos critérios de alocação de recursos públicos precisa ser adotada agora quando está em causa decidir quem perde e quem ganha no processo de ajuste da economia brasileira. Não temos dúvida alguma de haver chegado a hora dos bancos perderem um pouco do muito que já ganharam. Eles ganharam sempre em todas as situações da economia do país. Ganharam nos momentos de euforia e nos momentos de depressão; ganharam na inflação e ganharam na estabilização; ganharam sempre quando todos perdiam. Este ano, um ano extraordinariamente perverso para todos, os bancos estão auferindo 20 por cento de lucros líquidos. Que outro segmento da economia do país pode exibir tal performance?

O lucro é algo fundamental e rigorosamente legítimo nos sistemas de livre iniciativa. Não só é essencial ao processo da acumulação capitalista, emulo do desenvolvimento, mas é o prêmio devido ao trabalho e à eficiência. No caso dos bancos, todavia, o lucro não satisfaz a qualquer dos dois pré-requisitos. Não serve aos fins da acumulação porque

esta só se legitima quando posta a serviço do investimento. Também não premia a eficiência porque os bancos, longe de serem eficientes, são beneficiários do depósito à vista não remunerado e dos socorros automáticos do Banco Central, vale dizer, do Tesouro, que os protege da insolvência e da má gestão. O blended dos depósitos remunerados e não remunerados está permitindo aos bancos operar com níveis altíssimos de rentabilidade, o que explica lucros de 20 por cento como os agora auferidos.

O preço do ajuste econômico tem de ser igual para todos. O governo deve perder, o sistema produtivo privado também deve perder, os trabalhadores idem e, principalmente, devem perder aqueles que sempre ganharam, os bancos. Se houver folga para que alguém ganhe, que sejam os trabalhadores e as pequenas e médias empresas asfixiadas agora pela volúpia do sistema financeiro, o primeiro a pular à frente nas primeiras horas da derrocada do Plano Cruzado, puxando para cima todo o complexo de preços no país. Foram eles os mais ágeis no acerto de contas pós-congelamento.

As medidas que o governo promete para este começo de semana, as quais serão apresentadas como socorro às pequenas empresas, precisam ter efetivamente este caráter. O salvamento delas só se dará pela oferta de capital de giro a juros negativos, ainda que subsidiados pelo Tesouro, única via pela qual se chegará à sua recuperação. O passivo financeiro deverá ser simplesmente congelado, também a juros negativos, mas neste caso sem subsídio oficial, até que a situação de cada uma permita saldá-lo. Assim os bancos se tornarão solidários com a situação que ajudaram a criar e começarão a devolver à sociedade um pouco do que ganharam na crise. Mas não só isto. É indispensável instituir mecanismos que assegurem o ingresso efetivo no caixa das pequenas empresas dos créditos subsidiados para capital de giro, sob pena de, mais tarde, depararmos-nos com a constatação de que esses recursos foram parar em outras mãos. Mais ainda: o ajuste da economia brasileira exige que se introduza os bancos no sistema de risco no qual todos nos achamos, pois ele é indissociável do caráter da livre empresa. Os bancos precisam envolver seu próprio capital financeiro nas operações de crédito, ao invés de imobilizá-lo no mercado imobiliário quando se sabe, pelo melhor ensinamento da prática empresarial, que a formação de ativos líquidos é o que alavanca o desenvolvimento das empresas. Os bancos têm estado desobrigados de se submeterem a essa regra geral por se acharem beneficiados pela garantia de liquidez oferecida pelo Banco Central, situação que os distingue na paisagem do empresariado brasileiro.

A nação espera que o governo tenha atitudes limpidas neste caso e não percorra os caminhos sinuosos que lhe sugerem os banqueiros. Todos o apoiaremos se for capaz, como nunca foi no passado, de levar os bancos a compreenderem que eles são parte do país, devem se submeter às suas vicissitudes e não podem ser eternos donatários da sua riqueza. A crise, como a prosperidade, a todos deve atingir. Não poderemos ir muito longe se continuarmos sendo um país de feudos em que uns ganham sempre, outros não ganham nunca.